

Elite cabo-verdiana, criouldade e racismo

Andreas Hofbauer¹

Crioulidade como estratégia

Com a Revolução dos Cravos (1974) e as independências dos países africanos chegaram a Lisboa, além de mão-de-obra pouco qualificada, membros de uma elite cabo-verdiana que havia ocupado cargos intermediários na administração colonial em diferentes países do “Império Português”. Diferentemente dos trabalhadores e de seus filhos que vivem majoritariamente em bairros “degradados” periféricos, as famílias deste grupo, que possuem boa formação e têm, de maneira geral, uma tez de pele mais clara, conseguiram integrar-se com sucesso à vida na metrópole.

Se a maioria dos imigrantes cabo-verdianos e seus descendentes, que vivem hoje em situações precárias na periferia de Lisboa, tem proveniência de Santiago, tido como a “ilha mais” negra do arquipélago, boa parte da velha elite cabo-verdiana residente em Lisboa é das ilhas do Barlavento e estudou no liceu Gil Eanes, localizado em São Vicente.

Depois de ter terminado o sétimo ano do Liceu Gil Eanes, – nível educacional que na época constituía uma quase-garantia para um bom emprego – uma minoria do grupo foi estudar em Portugal, enquanto a maior parte dos ex-alunos assumiria imediatamente um emprego na administração de uma das colônias portuguesas no continente africano (Guiné, Angola, Moçambique) ou no Timor. Os relatos de muitos ouve-se como histórias de sucesso. Gostaram do seu trabalho e da vida em ultramar. O “problema” surgiu quando se deu o 25 de Abril (1974) e quando as ex-colônias conquistaram a sua independência. A maioria optou por “voltar” ao “centro do reino” onde, num primeiro momento, a recepção não foi das mais calorosas. Na fase pós-revolucionária foram vistos como “retornados”, “brancos de segunda”, ou seja, como portugueses que tinham vivido às custas dos africanos. “Agora que já exploraram os pretos vêm para aqui explorar os brancos!”, era uma das acusações que os retornados tinham de ouvir com frequência (Batalha, 2004b: 201).

¹ Andreas Hofbauer é docente da UNESP – Campus Marília. Este paper apresenta dados parciais da pesquisa de pós-doutorado „Atlântico Negro Lusófono? Etnicidade, racismo e anti-racismo“ efetuada no ano de 2007 e financiada pelo CNPq; a apresentação deste paper contou com ajuda da FUNDUNESP.

Houve várias razões que levaram muitos dos ex-alunos a “se juntar” aos “retornados”. Não abrir mão da cidadania portuguesa foi uma pré-condição para não perder os direitos adquiridos no serviço colonial português. A maioria dos ex-alunos que tinha ocupado cargos intermediários na hierarquia da administração colonial não concordava com o novo regime cabo-verdiano que seguia uma orientação marxista-leninista. Além disso, irritava à velha elite a política declarada de aproximar Cabo Verde do continente africano, na sua visão, modelo de “atraso” civilizacional. Os militantes do movimento pela libertação, por sua vez, viam a velha elite com maus olhos, como colaboradores do velho regime. Várias pessoas da velha geração que entrevistei em Lisboa afirmaram, num tom de desaprovação, que se espalhava em Cabo Verde nessa época um “clima anti-branco”.

Boa parte da nova elite, que tinha se envolvido na luta armada pela independência na Guiné-Bissau ou tinha ligações com os líderes políticos de Angola e de Moçambique, via-se como preta ou mulata. Para cumprir a nova agenda política de integrar o arquipélago ao continente africano na forma da união com a Guiné, o governo revolucionário e a militância cabo-verdiana enfatizariam não mais tudo aquilo que compartilhavam com a Lusitânia mas buscariam valorizar o “lado africano” das suas tradições. Foi desta forma que tradições culturais reprimidas (Batuque, Funaná) e até proibidas (Tabanca) durante o regime colonial – muitas delas originárias de Santiago e tidas como “africanas” –, ganhariam um novo *status*.

Neste clima, os espaços para aquela elite cabo-verdiana de cor de pele mais clara, especialmente aquela que tinha trabalhado a serviço do colonialismo metropolitano, estavam-se estreitando - a não ser, como disse um dos meus informantes, que a pessoa fizesse um grande esforço para demonstrar publicamente que estava empenhada na construção de uma nova sociedade. De uma forma geral, analisa Batalha (2004b: 192), a ideologia do PAIGC/CV – marxista, coletivista, igualitária, nacionalizadora e niveladora – era incompatível com os valores classistas, individualistas e nacional-portugueses da velha elite. Diferentemente do grupo revolucionário, a maior parte da elite tradicional apontava para a inviabilidade econômica de um Cabo-Verde independente e apoiava o projeto de tornar o arquipélago uma região autônoma, seguindo os exemplos dos Açores e da Ilha da Madeira.

Em meados da década de 1980, uma parte da velha elite “refugiada” em Lisboa se reuniu para fundar a “Associação dos Antigos Alunos do Ensino Secundário de Cabo

Verde (AAAESCV), que é, até hoje, uma das associações cabo-verdianas mais bem estruturadas e mais atuantes de Portugal. Os encontros semanais, aos sábados à tarde, seguem um calendário de atividades entre as quais se destaca a promoção de palestras sobre temas ligados à literatura, música e história cabo-verdiana; convida-se também “especialistas” para falar sobre tradições tipicamente portuguesas (como, por exemplo, sobre o fado) e assuntos aparentemente tidos como parte da “cultura” – erudição – geral (por exemplo uma palestra sobre o “Lied” do romantismo alemão) ou ainda sobre “progressos tecnológicos” recentes que transformam a vida dos cidadãos (por exemplo o telemóvel/celular). Além disso, ocorrem com frequência nos estabelecimentos da associação homenagens a personagens cabo-verdianos do mundo da arte e da ciência e almoços em que são servidas comidas típicas de determinadas ilhas do arquipélago.

A maneira como a maioria dos filiados olha para Cabo Verde, para a relação deste arquipélago com Portugal, como interpreta a mestiçagem e como avalia a língua “crioulo” segue, em boa medida, as reflexões dos chamados “claridosos”, entre os quais constam vários escritores e intelectuais que foram seus professores no liceu Gil Eanes. É sabido que este movimento de literatos, que se reuniu em torno da edição da revista “Claridade” (1936-1960), teve características proto-nacionalistas.

As poesias e prosas produzidas por esta intelectualidade revelam uma preocupação para com a miséria extrema que rondava o arquipélago e um interesse pelo estilo de vida das pessoas comuns. Os “claridosos” inspiraram-se na tradição regionalista do romance brasileiro. Identificavam no Nordeste, descrito nesta literatura, muitos temas e problemas da vida cabo-verdiana: além da seca, sobretudo vivências e experiências decorrentes da colonização, como a escravidão e a miscigenação.

Foi a obra “Casa Grande e Senzala” de Gilberto Freyre, sobretudo a sua interpretação a respeito da suposta harmonização entre elementos europeus e africanos, que mais profundamente marcou o pensamento “claridoso”. Quando, depois de ter visitado as ilhas, Freyre argumentaria que em Cabo Verde predomina a África sobre a Europa e não teria ocorrido uma verdadeira fusão como tinha acontecido no Brasil, a elite cabo-verdiana ficou, de certo modo, chocada. De qualquer forma, os letrados do arquipélago continuavam, por vezes com mais fervor ainda do que antes, a defender a idéia da harmonização racial e cultural em Cabo Verde e, alguns entre eles, chegaram, inclusive, a projetar uma oposição entre a vivência no arquipélago e a do Brasil.

Assim, Gabriel Mariano apresenta as ilhas como a grande exceção dentro dos territórios portugueses, como o único lugar que, “através da mestiçagem, da

interpenetração cultural, da assimilação do exótico (...) oferece iguais possibilidades de equilíbrio psíquico, de integração espiritual, de realização material, a ele, português, ao seu companheiro, o negro-africano, e ao que deles surgiu, o mulato” (Mariano, 1991: 42, 3). Ao comparar esta situação com a brasileira, este “claridoso” critica as tensões e desigualdades raciais no Brasil e chega à conclusão de que lá o processo aculturativo não atingiu ainda o estágio em que a sociedade cabo-verdiana se encontra.

Para o grande líder do movimento, Baltasar Lopes, como para tantos outros “claridosos”, Cabo Verde tinha características próprias. No entanto, fazia parte de algo maior: “(...) eu não vejo oportunidade, nem razão para se falar numa civilização cabo-verdiana (...): porque não temos uma civilização específica, teremos traços regionais. Nós estamos mais aproximados do tipo português de cultura do que talvez suponhamos” (in: Almeida, 2004: 266).

A maneira com a qual a maioria dos “claridosos” lida com a língua “crioulo” expressa bem a ambigüidade da postura política deste movimento que procura valorizar partes da cultura popular sem romper totalmente com as estruturas políticas e mentais hegemônicas. Assim, a “Claridade” publicou, logo no seu primeiro número, poemas em crioulo. Começava-se a prezar e valorizar o crioulo para expressar sentimentos e emoções em forma de poesia, mas guardava-se certa restrição ao seu uso para expressar idéias que eram vistas como próprias do pensamento legal ou científico. Se alguns conferiam ao crioulo um *status* de língua, outros tendiam a vê-lo como uma corruptela do português. E para defender a tese de que o crioulo seria uma língua, uma língua neo-latina, B. Lopes costumava dizer que 97% do seu vocabulário derivava do português.

Percebe-se, portanto, que o elogio à mestiçagem e à crioulidez – como uma representação da elite – segue interesses políticos claros: permite uma aproximação do continente europeu ao mesmo tempo em que reivindica um distanciamento do “continente negro”. Uma interpretação específica, com teor luso-tropicalista, da mistura local faz com que fusão, mestiçamento e crioulidez possam significar ao mesmo tempo também branqueamento – se não explicitamente no campo da biologia, certamente no campo da cultura. Foi dessa forma, analisa Gabriel Fernandes, que os “claridosos” construíram a identidade mestiça, quando afirmavam que a explicaram (Fernandes, 2002:50).

Percepções da diferença e da discriminação numa situação diaspórica

Diferentemente da maioria dos imigrantes que vivem em bairros segregados na periferia, a velha elite cabo-verdiana reside em bairros de classe média e tem trabalhado e vivido lado a lado com portugueses “brancos”. A grande maioria dos filiados à AAAESCV é portadora de passaportes portugueses. Eles nunca deixaram de ser portugueses e, embora tivessem hoje o direito à dupla cidadania, pouquíssimos entre eles solicitaram o passaporte cabo-verdiano. Dominam perfeitamente os códigos hegemônicos da sociedade portuguesa que aprenderam já no liceu. Aliás, o domínio da língua portuguesa tem sido fundamental para as suas trajetórias profissionais. Diferentemente dos cabo-verdianos operários e seus descendentes, que têm inúmeras dificuldades com a língua portuguesa (na primeira geração há não poucos analfabetos), os ex-alunos do liceu Gil Eanes são totalmente bilíngües. Falam crioulo e português. E mesmo aqueles poucos cujos pais faziam questão de falar português em casa tinham de saber crioulo para poder comunicar-se com os empregados e com o “povo comum”.

Chama a atenção também que a maioria dos filiados à AAAESCV opõe-se à oficialização do crioulo como língua oficial, sobretudo à proposta de normatização da escrita, que foi oficializada via um decreto-lei em 1998 (ALUPEC – Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-Verdiano). Localiza-se freqüentemente neste projeto uma “manobra política” de mitificação que visaria a construir uma origem africana do crioulo.

Vários ex-alunos, de cor de pele clara, são, no cotidiano, freqüentemente reconhecidos pelos portugueses como um deles; portanto, cabe a eles determinar se e em que contexto revelam a um/o desconhecido/a sua “identidade adicional”, que costumam cultivar entre amigos, por exemplo nos fins-de-semana na associação.

As diferentes histórias de vida revelam que a velha elite cabo-verdiana apostava na integração via assimilação. Parecia uma estratégia óbvia para aqueles que se orientavam pelo ideário “claridoso” da criouldade; uma estratégia que, para a maioria, “deu certo”. Muitos dos filhos dos ex-alunos fizeram curso superior, casaram-se com portugueses/as, de maneira que boa parte da terceira geração já se “dissolveu” no meio da classe média portuguesa.

Para outros membros da elite, de cor de pele mais escura, a chegada a Lisboa podia provocar um grande susto. Não estavam habituados, nem psicologicamente preparados, para aqueles momentos de conflito em que seriam agredidos verbalmente por meio de termos como “retornados” e também “pretos”. A expressão ofensiva “Preto/a, vai para a

tua terra!” magoava profundamente aqueles que sempre se identificaram com o Império e para quem preto era associado ao atraso do continente africano do qual, tinham a convicção, os cabo-verdianos – se não todos, pelo menos eles como representantes da elite –, teriam conseguido fugir.

Chama a atenção também o fato de que a muitos da velha geração incomoda-lhes falar do tema da cor de pele. Quando se procura conversar sobre esta temática, muitos enfatizam imediatamente que “os cabo-verdianos não ligam para a cor de pele das pessoas”; que em Cabo Verde a cor não é usada como critério para diferenciar as pessoas. E para comprovar a tese sustenta-se frequentemente que no arquipélago um “preto rico” é tido como “branco”. A categoria “branco” serviria muito mais como um “título”, afirmou um dos meus entrevistados, na tentativa de explicar-me este fenômeno.

Esta percepção coincide evidentemente também com a perspectiva luso-tropicalista que atesta a ausência de discriminação racial – uma interpretação que foi, como vimos, incorporada ao discurso “claridoso” e transformar-se-ia também em ideologia nacional do Império Português a partir de meados do século passado. O ideário branqueador embutido no luso-tropicalismo que ainda hoje orienta a percepção de muitos portugueses marca, aparentemente, também o comportamento de muitos dos filhos da elite cabo-verdiana, como deve mostrar a pequena história que colhi durante minha pesquisa de campo: uma mãe, frequentadora da AAAESCV, sensibilizada com a questão racial comentou comigo o fato de a filha de uma amiga dela evitar tomar banho de sol. Quando a mãe quis saber a razão deste comportamento, a adolescente teria dito: “gosto muito de ti, mãe. Mas não quero ficar preta como tu”.

Se a chamada “segunda geração”, que vive nos bairros periféricos e é associada pela grande mídia ao mundo do crime e da violência, tem a palavra “racismo” na ponta da língua para denunciar os maus tratos recebidos por parte dos portugueses, a elite cabo-verdiana é muito mais cuidadosa com acusações deste tipo. Para vários deles, tampouco em Portugal há racismo. Para outros, sobretudo aqueles de cor de pele mais escura, é inegável que imigrantes, sobretudo se forem “negros”, passam por situações discriminatórias e constrangedoras. Muitos entre eles apressam-se, porém, a fazer a seguinte ressalva: relacionam as atitudes discriminatórias com a falta de instrução das pessoas; ou, como me explicou um entrevistado: “Aqui[em Portugal], um doutor é incapaz de fazer alguma provocação, algum insulto por causa da cor de pele”.

De forma semelhante àquela de Cabo Verde colonial, onde as fronteiras entre as classes sociais eram bem demarcadas, percebe-se também na diáspora de Lisboa que a velha elite cabo-verdiana e os imigrantes operários vivem em mundos totalmente diferentes. Não é que os filiados à AAAESCV não se preocupem com a situação precária dos seus “conterrâneos”. Lamenta-se as condições de vida nos bairros e volta e meia debate-se este assunto em reuniões nas quais até surgem idéias para projetos sociais. Mas as ações concretas são diminutas. Muitos ex-alunos têm, como a maioria da classe média portuguesa, medo de se aproximar dos bairros. Às vezes culpa-se o Estado Português pela omissão em relação à miséria em que vivem muitos imigrantes e sobretudo pelo aparente abandono em que a “segunda geração” cresceu; às vezes, acusa-se os próprios pais por não terem cuidado dos seus filhos e, desta forma, terem possibilitado que os bairros se transformassem em focos de criminalidade e centros de tráfico de drogas.

Ao comparar a dificuldade de vida que a primeira geração enfrentou, muitos da velha elite não entendem por que estes jovens “não aproveitaram o privilégio” de ter nascido numa capital europeia. Não compreendem tampouco a atitude anti-assimilacionista destes adolescentes. Enquanto os ex-alunos do liceu Gil Eanes têm buscado durante toda a sua vida harmonizar “sua cabo-verdianidade” com “sua portugalidade”, o discurso dos jovens na periferia articula uma oposição ao país onde nasceram e onde vivem. Rejeitados como potenciais criminosos, como filhos de imigrantes, como pretos, etc., juntam-se nos bairros com outros descendentes africanos. Por meio de práticas culturais, tais como o rap, ligam-se a redes diaspóricas negras transnacionais.

De maneira diametralmente oposta às estratégias identitárias da velha geração freqüentadora da AAAESCV, estes jovens sentem-se, em primeiro lugar, africanos e/ou cabo-verdianos e/ou negros/pretos; um sentimento, por vezes, reforçado por projetos de tipo multiculturalistas sustentados por ONGs que atuam nos bairros e, além de lutarem por melhorias sociais, preocupam-se com a auto-estima do grupo.

Os membros da AAAESCV entendem-se como massa crítica e elite intelectual no meio dos cabo-verdianos residentes em Lisboa. Mas sabem também que não conseguem dialogar com a massa de trabalhadores não qualificados que vivem nos bairros degradados. Não conseguem animar nem os seus próprios filhos a freqüentar a associação. Os filiados à AAAESCV, cuja média de idade é próxima dos 60 anos, têm plena consciência de que são um “grupo em extinção”.

Numa das tardes de sábado pude presenciar uma conversa em que um frequentador da associação questionava por que são tão poucos os sócios que levam os seus filhos à associação e sugeria que se abrisse mais espaço para os jovens. Os dois interlocutores, antigos sócios da associação, mostravam-se cétricos e um deles respondeu com tom de resignação: “Nós não temos nada para oferecer aos jovens. Vivemos num mundo totalmente diferente deles”. Portanto, aparentemente, a maioria desta “elite auto-exilada” tem plena consciência de que o tipo de “cabo-verdianidade” que vive e defende morrerá quando o último ex-aluno do Liceu Gil Eanes vier a falecer.

Os dados aqui apresentados são parte de um estudo realizado ao longo do ano de 2007 que tem como propósito comparar várias experiências e perspectivas não apenas da elite cabo-verdiana, mas de diferentes setores dos imigrantes cabo-verdianos (diferentes faixas etárias, diferentes classes sociais, homens e mulheres). Ao analisar se e de que maneira percepções de discriminação influenciam processos identitários; e se e de que maneira processos identitários influenciam percepções de discriminação deverá ser possível, num segundo passo, aprofundar a reflexão teórica sobre a relação entre “etnicidade e racismo / anti-racismo”.

Bibliografia consultada:

- Batalha, Luís. “Contra a corrente dominante: histórias de sucesso entre cabo-verdianos da segunda geração”. In: *Etnográfica*, Vol. VIII (2), 2004c. p. 297-333.
- Batalha, Luís. „A elite portuguesa-cabo-verdiana: ascensão e queda de um grupo colonial intermediário“. In: Carvalho, Clara e Pina Cabral, João de. *A persistência da história e contemporaneidade em África*. Lisboa, ICS, 2004b (p. 191-225).
- Batalha, Luís. *The Cape Verdean Diaspora in Portugal*. Colonial subjects in a postcolonial world. New York, Lexington Books, 2004a.
- Beja Horta, Ana Paula e Malheiros, Jorge Macaísta. „Os cabo-verdianos em Portugal. Processo de consolidação, estratégias individuais e acção colectiva“. In: *Estratégia – Revista de Estudos Internacionais*, 20. 1º Semestre 2004, p. 83-103)

- Beja Horta, Ana Paula e Malheiros, Jorge. "Social capital and migrants' political integration: the case study of Capeverdean associations in the greater Lisbon área". In: *Finisterra*, XLI, 81, 2006 (p.143-170).
- Beja Horta, Ana Paula. "Places of resistance. Power, spatial discourses and migrant grassroots organizing in the periphery of Lisbon". In: *City*, Vol. 10, No. 3, December 2006b.
- Castelo, Cláudia. *'O modo português de estar no mundo'. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto, Afrontamentos, 1998.
- Centro Social do Bairro 6 de Maio. *Do outro lado da linha*. Amadora, Tipografia Peres, 2003.
- Gusmão, Neusa Mendes de. *Os filhos da África em Portugal. Antropologia, multiculturalidade e educação*. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.
- Machado, Fernando Luís. "Etnicidade em Portugal: contrastes e politização". In: *Sociologia – Problemas e práticas*. N° 12, 1992 (p. 123-136).
- Machado, Fernando Luís. "Jovens como os outros? processos e cenários de integração dos filhos de imigrantes africanos em Portugal". In: Vitorino, António (coord.). *Imigração: oportunidade ou ameaça?* Estoril, Príncípa, 2007.
- Machado, Fernando Luís. "Luso-africanos em Portugal: nas margens da etnicidade". In: *Sociologia – Problemas e práticas*. N° 16, 1994 (p. 111-134).
- Machado, Fernando Luís. "Novos portugueses? Parâmetros sociais da identidade nacional dos jovens descendentes de imigrantes africanos". In: Miranda, Joana e João, Maria Isabel (orgs.). *Identidades nacionais em debate*. Oeiras, Celta, 2006.
- Machado, Fernando Luís. *Contrastes e continuidades*. Oeiras, Celta, 2002.
- Pina Cabral, João. „Racismo ou etnocentrismo?“. In: Araújo Henrique Gomes de; Santos, Paula Mota; Seixas, Paulo Castro (Coord.). *Nós e os outros: a exclusão em Portugal e na Europa*. Porto, Gradiva, 1998.
- Vala, Jorge (org.). *Novos racismos. Perspectivas comparativas*. Oeiras, Celta, 1999a.
- Vala, Jorge; Brito, Rodrigo; Lopes, Dinis. *Expressões dos racismos em Portugal*. Lisboa, ICS, 1999b.